

# Demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 40

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018 48





200

MAY JUNE JULY AUGUST SEPTEMBER OCTOBER NOVEMBER DECEMBER

# Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG**

Rio de Janeiro-RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



---

## Receita de venda de gás fornecida e não faturada

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. A receita não faturada é estimada para a venda de gás realizada nos últimos dias de cada mês e estornada no mês subsequente quando do efetivo faturamento

Conforme divulgado na Nota 7, em 31 de dezembro de 2018, essa estimativa totalizou R\$167.157 mil e foi mensurada com base nas projeções de consumo de gás, calculado com base no volume consumido de cada cliente no último mês. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de gás envolve julgamento significativo por parte da Administração na determinação das premissas nas quais as estimativas se suportam, além da magnitude dos montantes envolvidos, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para auditoria e mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.

## Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de gás fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) compreensão e documentação do processo de estimativa, incluindo a determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de gás realizada e não faturada em dezembro de 2018 considerando: (1) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; (2) tarifa de venda de gás conforme o preço por segmento, (3) dias estimados de consumo não faturado por cliente; e (4) seleção, em base amostral de receitas estimadas por cliente para inspeção do documento de última medição realizada no ano, com o objetivo de confirmar que a quantidade de dias estimados por cliente descritos acima é obtida a partir da data da última leitura no medidor de gás.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

---

## Mensuração do passivo atuarial

A Companhia tem planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a empregados e ex-empregados, relativos a assistência médica e plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de considerar premissas e julgamentos para determinação dos valores. Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações atuariais da Companhia totalizam R\$218.892 mil conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, uma vez que o processo de mensuração deste passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas tais como; taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão; crescimentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Estas obrigações são altamente sensíveis a mudanças nessas premissas.

## Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização de nosso entendimento dos processos relevantes estabelecidos pela Administração para o cálculo das obrigações relacionadas aos benefícios a empregados. Com o auxílio de nossos especialistas atuariais, obtivemos o entendimento e validamos através de recálculo independente, as principais premissas aplicadas pela Administração através de empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela Administração, para o cálculo das obrigações de benefícios a empregados e comparamos as principais premissas com as aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração desse passivo adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras.

---

## Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como parte da Administração da Companhia, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

## Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, circularização aos consultores jurídicos (quanto aos valores e prognósticos de perda das demandas envolvendo a Companhia); o confronto das informações resultantes do processo de circularização com aquelas registradas pela Companhia; a obtenção de representações formais do departamento jurídico da Companhia e da Administração.

Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e avaliamos os prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecida. Nos envolvemos nossos profissionais de Impostos na execução desses procedimentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para contingências, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas adotadas pela Administração para a mensuração das causas classificadas como probabilidade de perda provável e possível, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 20 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio e Janeiro - CEG para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 21 de março de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

### Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

## Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Ativo</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	142.848	74.621
Contas a receber de clientes (Nota 7)	497.133	505.181
Estoques	1.778	2.251
Tributos a recuperar (Nota 8)	49.049	40.161
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)	1.726	1.819
Cessão de crédito	9.762	7.575
Demais contas a receber	3.663	2.885
	<b>705.959</b>	<b>634.493</b>
<b>Não Circulante</b>		
Realizável a longo prazo	-	34.484
Contas a receber de clientes (Nota 7)	242.537	128.295
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	29.670	19.042
Tributos a recuperar (Nota 8)	80.198	100.879
	<b>352.405</b>	<b>282.700</b>
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 13)	2.198.486	2.182.881
	<b>2.551.271</b>	<b>2.465.961</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.257.230</b>	<b>3.100.454</b>

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores (Nota 14)	380.703	357.611
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	227.979	283.282
Obrigações trabalhistas	9.339	7.249
Tributos a recolher (Nota 16)	88.137	102.495
Obrigações com fundo de pensão (Nota 19)	48.025	32.125
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 10)	9.623	315
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 10)	73.561	91.724
Demais contas a pagar	14.933	12.473
	<b>852.300</b>	<b>887.274</b>
<b>Não Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	674.800	637.299
Obrigações com fundo de pensão (Nota 19)	170.867	168.084
Provisão para contingências (Nota 20)	265.926	63.884
	<b>1.111.593</b>	<b>869.267</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.963.893</b>	<b>1.756.541</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 18)</b>		
Capital social	644.460	587.923
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	732.407	835.047
Ajuste de avaliação patrimonial	(85.724)	(81.251)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.293.337</b>	<b>1.343.913</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.257.230</b>	<b>3.100.454</b>

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita líquida (Nota 22)	4.153.332	3.831.493
Custo do serviço (Nota 23)	(3.130.514)	(2.806.947)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.022.818</b>	<b>1.024.546</b>
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	(564.085)	(408.690)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 26)	(47.454)	(31.196)
<b>Lucro operacional</b>	<b>411.279</b>	<b>584.660</b>
Receitas financeiras	24.903	24.420
Despesas financeiras	(207.357)	(130.865)
Resultado financeiro, líquido (Nota 27)	(182.454)	(106.445)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>228.825</b>	<b>478.215</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Notas 9 e 17)	(141.586)	(144.010)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Notas 9 e 17)	85.871	4.642
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>173.110</b>	<b>338.847</b>
Quantidade de ações em circulação (em milhares de ações)	259.638	259.638
<b>Lucro líquido básico e diluído por mil ações do capital social no final do exercício - R\$</b>	<b>666,74</b>	<b>1.305,07</b>

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício	173.110	338.847
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/perda atuarial de fundo de pensão	12.547	(36.797)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	12.547	(36.797)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>185.657</b>	<b>302.050</b>

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
			Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto			
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>544.500</b>	<b>2.194</b>	<b>101.272</b>	<b>457.762</b>	<b>199.058</b>	-	<b>(44.453)</b>	<b>1.260.332</b>
Aumento de capital	43.423	-	-	(43.423)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	338.847	-	338.847
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(126.746)	-	-	(126.746)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	(36.798)	(36.798)
<b>Destinação do lucro:</b>								
Reserva legal	-	-	16.313	-	-	(16.313)	-	-
Reserva para investimentos futuros	-	-	-	72.312	(72.312)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$312,53 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(81.144)	-	(81.144)
Dividendos propostos (R\$40,75 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(10.579)	-	(10.579)
Destinação de resultado definido em AGOE	-	-	-	-	230.811	(230.811)	-	-
<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>587.923</b>	<b>2.194</b>	<b>117.585</b>	<b>486.651</b>	<b>230.811</b>	-	<b>(81.251)</b>	<b>1.343.913</b>
Aumento de capital	56.537	-	-	(56.537)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	96.760	(96.760)	173.110	-	173.110
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	12.547	12.547
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	(17.020)	(17.020)
Dividendos aprovados em AGOE	-	-	-	-	(134.051)	-	-	(134.051)
<b>Destinação do lucro:</b>								
Reserva legal	-	-	8.656	-	-	(8.656)	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$328,00 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(85.162)	-	(85.162)
Dividendos propostos (R\$305,39 por lote de mil ações)	-	-	-	-	79.292	(79.292)	-	-
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>644.460</b>	<b>2.194</b>	<b>126.241</b>	<b>526.874</b>	<b>79.292</b>	-	<b>(85.724)</b>	<b>1.293.337</b>

## Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	228.825	478.215
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	125.230	115.824
Resultado na baixa do intangível	(140)	(577)
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	72.014	94.563
Atualização monetária sobre depósito judicial	(1.308)	1.567
Baixa depósitos não recuperáveis	3.349	-
Provisão atuarial do benefício pós emprego	31.230	25.393
Adições contingências	118.633	(195)
Atualização monetária contingências	83.409	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	62.562	2.651
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	4.712	50
	<b>728.516</b>	<b>717.491</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	(44.947)	(150.329)
Tributos a recuperar e diferidos	40.996	118.180
Estoques	473	48
Cessão de crédito	(2.187)	(1.694)
Demais contas a receber	906	1.953
Depósitos judiciais	18.640	(929)
Fornecedores	20.677	129.396
Obrigações trabalhistas	2.090	(1.463)
Tributos a recolher	(70.073)	(116.083)
Partes relacionadas	9.401	(2.972)
Demais contas e despesas a pagar	2.496	2.133
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>706.988</b>	<b>695.731</b>
Juros pagos	(75.162)	(96.878)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(165.986)	(134.550)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>465.840</b>	<b>464.303</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do intangível	(145.547)	(259.412)
Baixa líquida de ativo intangível	-	16
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(145.547)	(259.396)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização de empréstimo	(14.654)	(24.522)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(214.684)	(193.318)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(22.728)	(10.539)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(252.065)</b>	<b>(228.379)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>68.227</b>	<b>(23.472)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>74.621</b>	<b>98.093</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>142.848</b>	<b>74.621</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
<b>Vendas de gás e de serviços</b>		
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	5.097.246	4.558.102
Outras receitas operacionais	4.256	4.850
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(62.562)	(13.890)
Não operacionais	140	642
	<b>5.039.080</b>	<b>4.549.704</b>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(3.041.021)	(2.735.095)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(1.060.690)	(677.804)
	<b>(4.101.711)</b>	<b>(3.412.899)</b>
Valor adicionado bruto	937.369	1.136.805
Retenções		
Amortizações do intangível e diferido	(125.230)	(115.824)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	812.139	1.020.981
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	22.843	24.420
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>834.982</b>	<b>1.045.401</b>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	78.375	79.937
Benefícios	24.180	22.597
FGTS	5.022	5.150
	<b>107.577</b>	<b>107.684</b>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	194.676	274.304
Estaduais	163.191	181.847
Municipais	2.142	1.983
	<b>360.009</b>	<b>458.134</b>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	184.622	130.863
Aluguéis	9.664	9.873
	<b>194.286</b>	<b>140.736</b>
Remuneração de capitais próprios		
Juros s/ capital próprio	85.162	81.144
Dividendos propostos	79.292	10.579
Lucros retidos	8.656	247.124
	173.110	338.847
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>834.982</b>	<b>1.045.401</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group cuja sede temporariamente está localizada em Madri – Espanha, e está registrada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 2018, o Grupo controlador e operador técnico da Companhia, então denominado Gás Natural Fenosa, modificou sua marca passando a ser denominado Naturgy. Em continuação a essa mudança, todas as empresas operadas e controladas pelo grupo no Brasil também passam a incorporar a nova marca em sua identidade visual, sem alteração de razão social, inclusive a CEG.

A utilização, pela Companhia, da marca do grupo controlador Naturgy Energy Group S.A., se dará de forma gratuita e por tempo indeterminado, conforme contrato de cessão de uso de marca aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de outubro de 2018.

A mudança, que foi precedida de comunicação à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenesra, passou a ser amplamente divulgada através da mídia, possibilitando informar não apenas ao mercado, aos acionistas e investidores da Companhia, mas também a todos os seus clientes, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade destes;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;

- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG – GASIUS;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota 13).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2019.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

### 2.2. Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 21.

### 2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## 2.4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 2.5. Ativos financeiros

### 2.5.1. Classificação

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, a o valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

### 2.5.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

### 2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 2.5.4. Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 2.6. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), considerando os critérios descritos na Nota 2.5.4.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

## 2.7. Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

## 2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

## 2.9. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

## 2.10. Ativos intangíveis

### i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual

da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

#### **ii) Programas de computador (softwares)**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de software reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na (Nota 13).

#### **iii) Servidão de passagem**

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 13).

### **2.11. Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustada por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2018.

### **2.12. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **2.13. Provisão para contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## 2.15. Benefícios a funcionários

### a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 19).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

#### b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

#### c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

### 2.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

### 2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

### 2.18. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

#### b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

### c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

### d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

## 2.19. Demonstração do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.20. Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

## 2.21. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" – emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) retrospectivamente com o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. A Companhia planeja não rerepresentar informações comparativas, mas reconhecerá o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma como um ajuste ao saldo inicial dos lucros retidos (ou outro componente do patrimônio, conforme apropriado), na data da aplicação inicial. O motivo dessa escolha é atender à adoção usada na política de contabilidade corporativa.

Durante 2018, o Grupo efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o registro de um passivo de arrendamento em contrapartida da rubrica de "Imobilizado" (ativos de direito de uso) no montante aproximado de R\$5.700. A Companhia efetuará a contabilização pelo método retrospectivo modificado calculando o valor presente na data de 1º de janeiro de 2019.

## 2.22. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração entende que as novas orientações do CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge, exceto pelo *impairment* de contas a receber.

A partir da adoção da nova norma CPC 48, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa passa a ter como base a perda esperada e não mais a incorrida. Sendo assim, a Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e registrou um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa no 1º trimestre de 2018, conforme tabela a seguir:

<b>Mercado</b>	<b>Valor</b>
Residencial	853
Comercial	4.642
Industrial	9.003
GNV	2.880
Órgão Público	4.595
Outros clientes	3.814
<b>Total</b>	<b>25.788</b>
Impostos 34%	8.768
<b>Total do impacto líquido</b>	<b>17.020</b>

- IFRS 15/CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes” – essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a CPC 47 – “Contratos de Construção”, IAS 18/CPC 30 – “Receitas” e correspondentes interpretações.

A Companhia realizou um estudo e concluiu que a aplicação da nova norma não afetou a forma de contabilização já existente.

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 7. A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$167.157 (R\$221.498 em 31 de dezembro de 2017).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia não superior ao período de concessão. Anualmente, a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19.

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

#### a) Risco de mercado

##### i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2018 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

##### ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### b) Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 7. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

## c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$146.341 em 31 de dezembro de 2018 (R\$252.781 em 31 de dezembro de 2017). Deste montante, R\$73.561 estão representados por dividendos a pagar aos acionistas da Companhia. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>			
Empréstimos e financiamentos	237.104	376.639	429.626
Fornecedores	380.703	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>			
Empréstimos e financiamentos	295.327	206.781	560.063
Fornecedores	357.611	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

## d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$759.931, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2018, indicava uma taxa SELIC em 6,50%.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/12/2018 - %	6,40	6,40	6,40
Dívida líquida – bancos	759.931	759.931	759.931
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2018 – %	6,50	8,13	9,75
<b>Despesa financeira</b>	<b>760</b>	<b>13.109</b>	<b>25.458</b>
IR e CS	(258)	(4.457)	(8.656)
<b>Despesa (receita) financeira depois dos impostos</b>	<b>502</b>	<b>8.652</b>	<b>16.802</b>

(\*) A taxa projetada do CDI é menor do que a atualmente vigente, motivo pelo qual é apresentada uma reversão de despesa financeira no cenário provável.

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumariados:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	902.779	920.581
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(142.848)	(74.621)
<b>Dívida líquida</b>	<b>759.931</b>	<b>845.960</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.293.337</b>	<b>1.343.913</b>
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>	<b>2.053.268</b>	<b>2.189.873</b>
<b>Índice de alavancagem financeira – %</b>	<b>37</b>	<b>39</b>

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018, se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a decisão de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2018 está dentro da expectativa da Administração.

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

## 4.3. Instrumentos financeiros

### a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos em 2018.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

### b) Gestão de riscos financeiros

A Companhia possui uma gestão para gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa gestão, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos,

periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

### Ativos financeiros

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Avaliados ao valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 1)	142.848	74.621
<b>Custo amortizado</b>		
Contas a receber de clientes	497.133	539.665
Contas a receber de partes relacionadas	1.726	1.819
Demais contas a receber	3.663	2.885
Cessão de crédito	9.762	7.575
	<b>655.132</b>	<b>626.565</b>
<b>Passivos mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	902.779	905.864
Contas a pagar de partes relacionadas	9.623	95.699
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	380.703	370.084
	<b>1.293.105</b>	<b>1.371.647</b>

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	39	18
Bancos	44.439	32.732
Aplicações financeiras	98.370	41.871
	<b>142.848</b>	<b>74.621</b>

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 98% do CDI.

## 7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2018	2017
<b>Faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	428.289	343.469
Do setor público	8.357	15.432
	<b>436.646</b>	<b>358.901</b>
<b>Não faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	163.496	218.511
Do setor público	3.661	2.987
	<b>167.157</b>	<b>221.498</b>
Vendas de equipamentos	8.573	9.478
	<b>612.376</b>	<b>589.877</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(115.243)	(50.212)
	<b>497.133</b>	<b>539.665</b>
Circulante	497.133	505.181
Não circulante (a)	-	34.484
	<b>497.133</b>	<b>539.665</b>

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>A vencer</b>		
Faturado	301.155	264.432
Não faturado	167.157	221.498
<b>Vencidas</b>		
Até três meses	52.146	46.509
De três a seis meses	7.259	7.226
Acima de seis meses	84.659	50.212
	<b>612.376</b>	<b>589.877</b>

(a) A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada e não mais na incorrida, um estudo de sua carteira de clientes do período de 2016 e 2017, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o exercício corrente.

Após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>50.212</b>	<b>47.561</b>
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	103.071	42.317
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(38.040)	(39.666)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>115.243</b>	<b>50.212</b>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

## 8. Tributos a recuperar

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
PIS e COFINS (a)	25.619	17.647
FINSOCIAL (b)	14.613	13.136
ICMS a recuperar (c)	19.080	8.418
Contribuição social (d)	13.895	10.293
Imposto de Renda Retido na Fonte (e)	2.870	4.735
Outros	2.642	4.974
	<b>78.719</b>	<b>59.203</b>
Circulante	49.049	40.161
Não circulante	29.670	19.042
	<b>78.719</b>	<b>59.203</b>

(a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito de PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizados os valores estimados.

(b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo.

(c) Refere-se a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$5.353 (R\$6.218 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$2.545 com expectativa de realização a curto prazo e R\$2.808 com expectativa a longo prazo. A Companhia possui ainda R\$13.727 (R\$809 em 31 de dezembro de

2017) referentes ao saldo credor do mês de apuração do ICMS de dezembro de 2018, no valor de R\$13.399 e R\$328 de créditos de ICMS passíveis de aproveitamento.

(d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

(e) Refere-se à retenção na fonte, sobre pagamentos e sobre resgates de aplicações financeiras.

## 9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### a) Composição

	2018	2017
Obrigações de fundo de pensão	110.112	85.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.563	7.013
Provisão para contingências	93.570	21.721
AVP financeiro	3.409	3.896
Mudança de prática – novos CPCs (*)	(5.132)	(5.032)
Provisão de fornecedores	7.982	10.923
Outras	3.033	4.036
<b>Ativo não circulante</b>	<b>242.537</b>	<b>128.295</b>

(\*) Os itens das mudanças de prática são:

	2018	2017
Receita de ajuste a valor presente	(1.035)	(989)
Juros e variação monetária Gasius	(4.097)	(4.043)
	<b>(5.132)</b>	<b>(5.032)</b>

### b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre:							
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	AVP financeiro	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>85.738</b>	<b>7.013</b>	<b>21.721</b>	<b>3.896</b>	<b>(5.032)</b>	<b>10.923</b>	<b>4.036</b>	<b>128.295</b>
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	4.771	13.782	71.849	(487)	(100)	(2.941)	(1.003)	85.871
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	19.603	8.768	-	-	-	-	-	28.371
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>110.112</b>	<b>29.563</b>	<b>93.570</b>	<b>3.409</b>	<b>(5.132)</b>	<b>7.982</b>	<b>3.033</b>	<b>242.537</b>

## c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2025, conforme demonstrado a seguir:

2019	22.865
2020	26.675
2021	26.675
2022	38.107
2023	38.107
2024	45.054
2025	45.054
	<b>242.537</b>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

## 10. Transação com partes relacionadas

	Ativo Circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
<b>A receber/pagar</b>				
Gas Natural SDG, S.A.	155	9.521	119	17.494
Gás Natural Serviços Integrales	-	-	7	1.134
Gás Fenosa Engineering	-	-	203	-
CEG Rio S.A.	1.359	-	17.650	-
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	55	-	441	2
Gás Natural Serviços S.A.	136	-	3.038	4
Gás Natural do Brasil S.A.	3	102	18	517
Sobral Solar e Energia	9	-	-	-
Sertão Solar e Energia	9	-	-	-
	<b>1.726</b>	<b>9.623</b>	<b>21.476</b>	<b>19.151</b>
<b>JCP e dividendos</b>				
Naturgy DL S.A.	-	39.211	-	-
Pluspetrol Energia	-	1.634	-	-
Dinâmica energia	-	7.534	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	25.017	-	-
Outras partes relacionadas	-	165	-	-
	-	<b>73.561</b>	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.726</b>	<b>83.184</b>	<b>21.476</b>	<b>19.151</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.819</b>	<b>80.982</b>	<b>21.998</b>	<b>16.819</b>

Os saldos a receber, a pagar e as despesas e receitas com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, dividendos a pagar, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

## 11. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Honorários de diretoria (conselhos)	5.988	7.911
Honorários de diretoria estatutária	5.946	6.231
Planos de aposentadoria e pensão	180	254
Outros benefícios	960	2.234
	<b>13.074</b>	<b>16.630</b>

## 12. Depósitos judiciais

	2018	2017
ICMS (a)	3.982	3.830
INSS (a)	16.416	20.853
Imposto de renda	5.944	5.625
Processo administrativo – SRF (b)	7.890	7.665
CIDE (c)	11.534	11.196
Penhora judicial (d)	12.784	14.074
Trabalhistas (e)	11.818	29.126
Ação cível (f)	9.830	8.510
	<b>80.198</b>	<b>100.879</b>

(a) Refere-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes.

(b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

(c) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico – CIDE (Nota 20.a).

(d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$2.600) e cíveis (R\$10.184).

(e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.

(f) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

## 13. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Diferido	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Software em desenvolvimento (d)	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>116.202</b>	<b>313</b>	<b>28.955</b>	<b>7.878</b>	<b>1.679.530</b>	<b>1.832.878</b>	<b>175.587</b>	<b>21.765</b>	<b>2.030.230</b>
Aquisição	-	-	24.139	-	40.088	64.227	203.814	502	268.543
Baixa líquida	-	-	-	-	(66)	(66)	-	-	(66)
Transferência para intangível em operação	-	-	21.796	-	243.125	264.921	(243.125)	(21.796)	-
Amortização	(10.957)	(142)	(11.396)	(6.032)	(87.299)	(115.826)	-	-	(115.826)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>105.245</b>	<b>171</b>	<b>63.494</b>	<b>1.846</b>	<b>1.875.378</b>	<b>2.046.134</b>	<b>136.276</b>	<b>471</b>	<b>2.182.881</b>
Custo total	136.735	3.628	155.832	439.748	2.944.232	3.680.175	136.276	471	3.816.922
Amortização acumulada	(31.490)	(3.457)	(92.338)	(437.902)	(1.068.854)	(1.634.041)	-	-	(1.634.041)
Valor residual	105.245	171	63.494	1.846	1.875.378	2.046.134	136.276	471	2.182.881
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>105.245</b>	<b>171</b>	<b>63.494</b>	<b>1.846</b>	<b>1.875.378</b>	<b>2.046.134</b>	<b>136.276</b>	<b>471</b>	<b>2.182.881</b>
Aquisição	-	-	7.704	-	34.091	41.795	103.026	726	145.547
Baixa líquida	-	-	-	-	(4.712)	(4.712)	-	-	(4.712)
Transferência para intangível em operação	-	-	413	-	173.413	173.826	(173.413)	(413)	-
Amortização	(11.276)	(101)	(16.506)	(1.846)	(93.501)	(125.230)	-	-	(125.230)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>93.969</b>	<b>70</b>	<b>55.105</b>	<b>-</b>	<b>1.982.669</b>	<b>2.131.813</b>	<b>65.889</b>	<b>784</b>	<b>2.198.486</b>
Custo total	136.735	3.628	163.949	439.748	3.147.024	3.891.084	65.889	784	3.957.757
Amortização acumulada	(42.766)	(3.558)	(108.844)	(439.748)	(1.164.355)	(1.759.271)	-	-	(1.759.271)
Valor residual	92.969	70	55.105	-	1.982.669	2.131.813	65.889	784	2.198.486
<b>Vida útil em anos</b>	<b>6,7</b>	<b>5, 6, 7</b>	<b>20</b>	<b>10</b>					

(a) Contrato para exploração de serviços públicos possui um custo de aquisição no valor de R\$152.490 referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>1.890</b>	<b>7.977</b>	<b>1.565</b>	<b>14.547</b>	<b>6.194</b>	<b>8.125</b>	<b>5.158</b>	<b>1.630.863</b>	<b>3.211</b>	<b>1.679.530</b>
Aquisição	-	-	-	14.515	1.744	-	418	21.901	1.510	40.088
Baixa líquida	-	-	-	(3)	-	-	(16)	(47)	-	(66)
Transferência para intangível em operação	-	9.036	-	-	-	-	-	234.089	-	243.125
Amortização	-	(759)	(83)	(9.204)	(2.048)	(1.231)	(1.757)	(70.199)	(2.018)	(87.299)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.890</b>	<b>16.254</b>	<b>1.482</b>	<b>19.855</b>	<b>5.890</b>	<b>6.894</b>	<b>3.803</b>	<b>1.816.607</b>	<b>2.703</b>	<b>1.875.378</b>
Custo total	1.890	43.477	11.569	131.239	32.399	19.246	20.458	2.670.658	13.296	2.944.232
Amortização acumulada	-	(27.223)	(10.087)	(111.384)	(26.509)	(12.352)	(16.655)	(854.051)	(10.593)	(1.068.854)
Valor contábil atual	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>1.890</b>	<b>16.254</b>	<b>1.482</b>	<b>19.855</b>	<b>5.890</b>	<b>6.894</b>	<b>3.803</b>	<b>1.816.607</b>	<b>2.703</b>	<b>1.875.378</b>
Aquisição	-	-	-	29.965	1.788	77	-	-	2.261	34.091
Baixa líquida	-	-	-	(1.296)	-	-	(11)	(3.405)	-	(4.712)
Transferência para intangível em operação	-	11.614	-	-	-	-	-	161.799	-	173.413
Amortização	-	(1.172)	(82)	(22.327)	(2.062)	(1.192)	(1.647)	(65.678)	(1.341)	(95.501)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.890</b>	<b>26.696</b>	<b>1.400</b>	<b>26.197</b>	<b>5.616</b>	<b>5.779</b>	<b>2.145</b>	<b>1.909.323</b>	<b>3.623</b>	<b>1.982.669</b>
Custo total	1.890	55.091	11.569	159.908	34.187	19.323	20.447	2.829.051	15.558	3.147.024
Amortização acumulada	-	(28.395)	(10.169)	(133.711)	(28.571)	(13.544)	(18.302)	(919.728)	(11.935)	(1.164.355)
Valor contábil atual	1.890	26.696	1.400	26.197	5.616	5.779	2.145	1.909.323	3.623	1.982.669
<b>Taxas anuais de amortização (%)</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>30 a 20</b>	<b>10 e 20</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>30</b>	<b>Diversas</b>	

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$4.047 (R\$9.130 em 31 de dezembro de 2017) à taxa média de 8,19% (11,69% em 31 de dezembro de 2017).

## 14. Fornecedores

	2018	2017
De gás (a)	302.298	280.619
De materiais	2.029	4.329
De serviços	76.376	72.663
	<b>380.703</b>	<b>357.611</b>

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 12º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 1º de junho de 2017. No qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

## 15. Empréstimos e financiamentos

	2018	2017
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Financiamentos	-	14.717
Linhas de crédito	902.779	905.864
	<b>902.779</b>	<b>920.581</b>
<b>Total do passivo</b>		
Circulante	227.979	283.282
Não circulante	674.800	637.299
	<b>902.779</b>	<b>920.581</b>

Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

(a) Em moeda nacional	Indexadores	Vencimento	Fn (*)	Lc (*)	31/12/2018		31/12/2017	
					Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,2503%	25/05/2021	-	100%	7.939	360.000	65.151	310.000
	CDI+1,2503%	03/06/2022						
	CDI+1,3997%	05/10/2020						
	CDI+ 1,2%	16/04/2021						
Banco de Tokyo–Mitsubishi	CDI+1,25%	02/01/2020						
UFJ Brasil S.A.			-	100%	11.564	150.000	5.255	150.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	-	-	100%	-	-	-	14.717	-
Banco Santander S.A.	CDI+1,85%	12/07/2019	-	100%	143.604	-	-	132.499
	CDI+1,75%	12/07/2019						
ING Bank	CDI+1,3%	15/06/2021	-	100%	2.062	50.000	51.709	-
Banco Intesa San Paolo	9,70%	08/07/2020	-	100%	1.788	40.000	54.694	-
Banco Itaú	CDI+1,75%	20/04/2020	-	100%	674	44.800	745	44.800
Banco Scotiabank	CDI+1,25%	21/06/2021	-	100%	60.348	30.000	91.011	-
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>					<b>227.979</b>	<b>674.800</b>	<b>283.282</b>	<b>637.299</b>

(\*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
2019	-	182.499
2020	334.800	454.800
2021	180.000	-
2022	160.000	-
	<b>674.800</b>	<b>637.299</b>

Mapa de movimentação dos empréstimos

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Amortização	(14.654)	(24.522)
Encargo provisionado	72.014	103.693
Encargo pago	(75.162)	(96.879)
	<b>(17.802)</b>	<b>(17.708)</b>

## 16. Tributos a recolher

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
ICMS	25.819	30.333
IRRF e CSLL a pagar	43.707	53.482
COFINS	7.565	8.899
PIS	1.634	1.929
CS/PIS/COFINS terceiros	1.413	1.722
INSS terceiros	638	1.218
ISS terceiros	1.082	1.075
Outros	6.279	3.837
	<b>88.137</b>	<b>102.495</b>

## 17. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social, relacionadas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>228.825</b>	<b>228.825</b>	<b>478.215</b>	<b>478.215</b>
<b>Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%</b>	<b>(57.206)</b>	<b>(20.594)</b>	<b>(119.554)</b>	<b>(43.039)</b>
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre capital próprio	21.291	7.665	20.286	7.303
Adições permanentes	(5.565)	(2.004)	(3.725)	(1.341)
Incentivos fiscais	698	-	702	-
<b>Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do exercício</b>	<b>(40.782)</b>	<b>(14.933)</b>	<b>(102.291)</b>	<b>(37.077)</b>
Imposto corrente	(103.922)	(37.664)	(105.704)	(38.306)
Imposto diferido	63.140	22.731	3.413	1.229
	<b>(40.782)</b>	<b>(14.933)</b>	<b>(102.291)</b>	<b>(37.077)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>18%</b>	<b>7%</b>	<b>21%</b>	<b>7%</b>

## 18. Patrimônio líquido

### 18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social de R\$644.460 (R\$587.923 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
<b>Residentes no exterior</b>	
Naturgy Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
<b>Residentes no país</b>	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações – Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	<b>100,00%</b>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em 2018, o acionista Gas Natural Distribucion Latinoamerica S.A. passou a se denominar Naturgy Distribucion Latinoamerica S.A.

## 18.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

### a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Em AGOE realizada em 27 de abril de 2018, definiu-se o incremento de R\$96.761 em reserva de expansão e a transferência de R\$56.537 para aumento do capital social, sem modificação no número de ações, valores estes referentes à distribuição do resultado de 2017.

### c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei

nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

Conforme aprovação em AGOE realizada em 27 de abril de 2018, o valor de R\$81.144 foi distribuído a título de JCP, a todos os acionistas, sendo pago em parcela única no dia 25 de julho de 2018.

Outros sim, houve aprovação de distribuição de dividendos no valor de R\$144.630 sendo distribuídos a todos os acionistas, e que foram pagos em parcela única em 19 de dezembro de 2018.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>173.110</b>	<b>338.847</b>
Constituição da reserva legal	(8.656)	(16.313)
Base se cálculo dos dividendos	164.455	332.534
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	41.114	80.634
<b>Distribuição proposta</b>		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(85.162)	(81.144)
Dividendos a pagar	-	(10.579)
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	49%	28%

### d) Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico de lucro por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido	173.110	338.847
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
<b>Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias em reais</b>	<b>0,66674</b>	<b>1,30507</b>

Nos exercícios de 2018 e 2017 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

## 19. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Nº participantes Gasius</b>		
Ativos	31	50
Assistidos	1.038	1.037
	<b>1.069</b>	<b>1.087</b>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

### Planos de benefícios

#### i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

##### Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

##### Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

## ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

## iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

## iv) Plano de saúde para aposentados

Os planos de assistência médica oferecidos pela Companhia são estruturados na modalidade de pré-pagamento, ou seja, a Operadora de plano de saúde cobra um prêmio mensal per capita para cobertura dos serviços de assistência à saúde.

Os planos de saúde são concedidos a um grupo fechado de aposentados (e seus dependentes legais) inscritos no plano até 17 de junho de 1998, anteriormente ao processo de privatização da CEG. Para os empregados admitidos até aquela data e que, vierem a se desligar por motivos de aposentadoria, é oferecida a manutenção no plano pelo período de sete anos e meio, a contar da data de afastamento definitiva, sendo extensivo a seus dependentes legais.

O plano de saúde passou a ser não contributivo para empregados admitidos a partir de fevereiro de 2011, para empregados que contribuíram até essa data foi dada a opção de realizar a migração mediante assinatura de Termo de Adesão. Os titulares inscritos no plano efetuam contribuições ao plano a título de coparticipação nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fundo de pensão (Gásius)	2.248	2.317
Assistência médica	7.880	7.268
	<b>10.128</b>	<b>9.585</b>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.071	6.099
Prêmio aposentadoria	946	1.970
Assistência médica para aposentados	211.875	192.140
	<b>218.892</b>	<b>200.209</b>
Circulante	48.025	32.125
Não circulante	170.867	168.084
	<b>218.892</b>	<b>200.209</b>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012 pode ser assim demonstrada:

<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>200.209</b>
Benefícios a pagar	18.683
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>218.892</b>

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Renda fixa</b>		
Títulos públicos federais	272.592	262.149
Fundos de investimento de renda fixa	44.500	63.877
	<b>317.092</b>	<b>326.026</b>
Títulos de renda variável	91.574	74.607
Investimento imobiliário	31.988	32.717
Outros ativos	44.156	24.762
	<b>167.718</b>	<b>132.086</b>
	<b>484.810</b>	<b>458.112</b>

## 20. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Trabalhistas	43.918	33.282
Cíveis	81.469	15.144
Regulatória	2.002	1.866
Tributárias	138.537	13.592
	<b>265.926</b>	<b>63.884</b>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.884	33.282
Adições	142.034	15.144
Baixas/reversões	(23.401)	1.866
Atualizações monetárias	83.409	13.592
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>265.926</b>	<b>63.884</b>

### a) Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias, é a seguinte:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Esfera</b>		
Federal	138.537	13.592
	<b>138.537</b>	<b>13.592</b>

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

#### **Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)**

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavoráveis, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$11.534 (R\$11.196 em dezembro de 2017) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 12.c). Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorário de êxito em ações judiciais o valor de R\$3.294 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.396 em 31 de dezembro de 2017).

#### **Ação Ordinária (2007.51.01.025299-3)**

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro – DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$83.549.

O valor atualizado da causa incluindo multas e juros é de aproximadamente R\$453.100 em 31 de dezembro de 2018. Após obter provimento apenas parcial de sua defesa nos âmbitos administrativos e judicial e considerando critério da análise de seus argumentos de defesa, andamento processual e contexto atuais a Administração da Companhia no exercício de seu julgamento profissional entendeu serem prováveis chances de perda do valor do principal atualizado monetariamente (R\$105.607 em 2018), motivo pelo qual o referido montante foi provisionado. Os demais valores inerentes a multas e juros possuem expectativa de perda remota, e por tal razão não estão provisionados.

#### **Ação Ordinária (2005.51.01.017290-3)**

Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente à exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fev/99 a set/00. A Companhia provisionou o montante atualizado em 31 de dezembro de 2018 em R\$16.416 (R\$15.934 em dezembro de 2017).

### **i) Contingências tributárias com êxitos possíveis**

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$60.574 em 31 de dezembro de 2018 (R\$70.120 em 31 de dezembro de 2017).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter

sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo artigo 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$8.605 (R\$8.404 em dezembro de 2017).

Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$12.686 (R\$12.389 em 31 de dezembro de 2017).

#### b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Quantidade de ações movidas por		
Ex-empregados CEG	34	42
Ex-empregados terceiros	602	741
Outros (Ministério Público, INSS)	11	12
	<b>647</b>	<b>795</b>

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ex-empregados CEG	6.250	5.847
Ex-empregados terceiros	37.668	27.435
	<b>43.918</b>	<b>33.282</b>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam em 31 de dezembro de 2018 R\$46.645 (R\$73.228 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.



Segmentos	Margem por segmento em 2017							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	
Volumes m³ mil (não auditado)	115.909	79.339	492.532	1.844.300	890.924	-	-	3.423.004
Receita bruta	766.937	268.739	789.734	1.061.228	1.320.877	189.567	140.130	4.537.212
Deduções	(161.449)	(57.619)	(157.336)	(7.015)	(285.887)	-	(36.413)	(705.719)
Receita líquida	605.488	211.120	632.398	1.054.213	1.034.990	189.567	103.717	3.831.493
Custo	(127.830)	(86.055)	(497.275)	(1.001.310)	(900.585)	(189.567)	(4.325)	(2.806.947)
Resultado bruto	477.658	125.065	135.123	52.903	134.405	-	99.392	1.024.546
Despesas/receitas								(546.331)
Resultado antes da tributação								478.215
Provisão p/ IR e contribuição social								(139.368)
<b>Lucro do exercício</b>								<b>338.847</b>

(\*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2018	2017
Receitas de serviços	125.360	128.429
Receitas de serviços taxados	10.249	10.971
Receita de aluguéis	498	730
	<b>136.107</b>	<b>140.130</b>

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

## 22. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

### Demonstração da receita líquida

	2018	2017
Venda de gás	4.883.656	4.207.515
Contratos de construção	111.327	189.567
Outras receitas (a)	136.107	140.130
<b>Total receita bruta</b>	<b>5.131.090</b>	<b>4.537.212</b>
(-) ICMS	(601.618)	(392.440)
(-) ISS	(1.565)	(1.576)
(-) PIS	(63.106)	(52.145)
(-) COFINS	(290.671)	(240.185)
(-) Taxa de regulação	(20.798)	(19.373)
<b>Total de deduções</b>	<b>977.758</b>	<b>705.719</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>4.153.332</b>	<b>3.831.493</b>

(a) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), onde o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobrás. Ademais, são registradas nesta linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

## 23. Custo

	2018	2017
Compra de gás e de serviços	(2.932.103)	(2.524.638)
Custo dos contratos de construção	(111.329)	(189.567)
Custo de pessoal	(21.290)	(22.544)
Custo de amortização do intangível	(65.788)	(70.198)
	<b>(3.130.514)</b>	<b>(2.806.947)</b>

## 24. Compromissos e contingências

### 24.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008 entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional ("Contrato"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de junho de 2017 foi celebrado o Termo Aditivo nº 12 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do trimestre.

Pelo Aditivo nº 12 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu para o ano de 2017: (i) a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM); (ii) a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, 100% da QDC.

Ao final do exercício de 2018, com os dados reais apurados, não houve pagamento de RMM.

### 24.2. Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido). A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Dessa forma, na Terceira Revisão Quinquenal de tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que alterou os compromissos regulatórios assumidos nos aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC aos municípios de Maricá e de Mangaratiba.

### 24.3. Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro ("Agerensa"), por meio da Deliberação Agerensa nº 1.796. Assim, a Agerensa definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofreram uma redução de 1,99%.

No entanto, a Deliberação Agenera nº 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a Agenera homologou nova Deliberação de nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

Em razão do atraso para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia arrecadou um montante financeiro superior ao devido, dessa forma, a Agenera também determinou um fator de retroatividade que foi aplicado às margens durante os anos 2014/2017, o que representou uma redução adicional de 3,60%.

A proposta da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2018-2022), foi enviada no 2º semestre de 2017, à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenera, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. O processo de revisão tarifária está em andamento conforme cronograma estabelecido pela Agência Reguladora.

## 25. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Despesa de pessoal	(96.085)	(104.040)
Serviços profissionais e contratados	(109.753)	(118.238)
Amortização do intangível	(59.442)	(45.627)
Serviços e outros gastos	(49.588)	(55.027)
Serviços de manutenção	(42.558)	(36.482)
Utilidades, materiais e serviços	(23.572)	(25.675)
Entidade de previdência privada	(1.891)	(8.755)
Provisão para contingências	(118.633)	(956)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(62.563)	(13.890)
	<b>(564.085)</b>	<b>(408.690)</b>

## 26. Outras despesas, líquidas

	2018	2017
Impostos e taxas (a)	(14.510)	(10.665)
Ganho/perda na alienação de intangível	(4.571)	578
Indenização a terceiros	(18.003)	(19.783)
Despesa com impostos	(672)	(969)
Despesas indedutíveis	(8.647)	-
Ganho na venda de equipamentos	-	2
Outras receitas operacionais	3.871	4.532
Outras despesas operacionais	(4.922)	(4.891)
	<b>(47.454)</b>	<b>(31.196)</b>

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2016, gerando variação relevante frente ao período de comparação.

## 27. Resultado financeiro

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas sobre aplicações financeiras	5.489	6.894
Atualizações monetárias e cambiais ativas	1.679	1.919
Receita de juros e encargos	12.731	11.109
Variações monetárias ativas	3.970	2.242
Outras receitas financeiras	1.034	2.256
	<b>24.903</b>	<b>24.420</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de empréstimo	(67.620)	(93.774)
IOF	(958)	(1.552)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(116.533)	(8.996)
Fiança bancária	(17.213)	(23.278)
Outras despesas financeiras	(5.033)	(3.265)
	<b>(207.357)</b>	<b>(130.865)</b>
	<b>(182.454)</b>	<b>(106.445)</b>

## 28. Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<b>Vigência das apólices</b>	<b>Em reais</b>
		<b>Importâncias seguradas</b>
Risco operacional (*)	29/10/2018 a 29/10/2019	496.350
Responsabilidade civil geral (*)	29/10/2018 a 29/10/2019	330.900
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes (**)	30/09/2018 a 30/09/2019	94.000

(\*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

(\*\*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG, CEG RIO, GNSPS e GNS.

**Jorge Henrique Baeta**  
Diretor Econômico-Financeiro de RI

**Maria Cecília Fontes Pinheiro**  
Contadora CRC-70616/O-0 RJ